



8363322



08129.002051/2019-50

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO Nº 03****1. DO RELATÓRIO**

1.1. O presente procedimento licitatório foi instaurado por meio do Processo Administrativo n.º 08129.002051/2019-50, o qual têm o escopo de contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

1.2. O Pregão Eletrônico n.º 04/2019 foi publicado no dia 15 de março de 2019, com a data de abertura do certame marcada para o dia 27 de março de 2019, às 14h.

1.3. Desse modo, no dia 25 de março de 2019 às 17h50min, foi encaminhado, via correspondência eletrônica, o Pedido de Impugnação nº 03 ao Edital (8362532), pela Associação Nacional dos Leiloeiros Oficiais Judiciais - ANLEIJUD.

1.4. Diante disso, passa-se a análise da admissibilidade e, por conseguinte, do mérito da exordial impugnatória.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Com fulcro no artigo 56 da Lei n.º 9784 de 29 de janeiro de 1999, passa-se a verificação da presença dos pressupostos de admissibilidade da impugnação:

2.2. Da Legitimidade: o artigo 58, inciso IV da Lei n.º 9784/1999 afirma que têm legitimidade para interpor recurso administrativo os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos. Desse modo, atesta-se a legitimidade da exordial impugnatória;

2.3. Da Competência: constata-se que no bojo da petição de impugnação foi observado o endereçamento para autoridade condutora do certame, conforme promana o artigo 56, § 1º da lei do processo administrativo;

2.4. Do Interesse: há o interesse em impugnar o edital, o que constitui o requisito extrínseco do peça inicial;

2.5. Da Motivação: foram devidamente apresentados as razões e funamentos para o pedido;

2.6. Da Tempestividade: cumpre consignar que o pedido foi apresentado tempestivamente e na forma exigida, nos termos dos artigos 18 e 19 do Decreto nº 5.450/2005.

3. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE:

3.1. Em síntese, alega o impugnante as possíveis incongruências no edital, ocasião em que discorre os seguintes pedidos, *in litteris*, a saber,:

- I - Inobservância dos requisitos mínimos do edital – descrição insuficiente do objeto da licitação;
- II - Excesso de especificidade do atestado de capacidade técnica - afastamento indevido de licitantes;
- III - Excesso de exigências quanto ao depósito a ser disponibilizado;
- IV - Atribuição ao licitante vencedor de realizar a entrega do bem arrematante livre de ônus que eventualmente recaiam sobre o bem - critério integralmente inexecutável;

3.2. Com efeito, em sede de conclusão, requer o acolhimento dos pedidos presentes na impugnação, com a consequente readequação do Edital, nos seguintes termos:

- a) Readequação do objeto do pregão, acrescentando-se todos os serviços a serem realizados, vez que não são essenciais ao ato do leilão em si;
- b) Consideração de apenas duas categorias de bens móveis: DIVERSOS e VEÍCULOS, constando na primeira espécie também os eletrônicos e joias, e na categoria veículos, as aeronaves e embarcações, vez que todos se destinam à locomoção de pessoas e bem, desconsiderando exigência quantitativa de êxito na venda de bens semelhantes;
- c) Que a baixa das restrições dos bens arrematados seja lastreada pela SENAD, uma vez que o leiloeiro a ser credenciado não possui poder de mando, em especial para expedição de ofício aos órgãos de trânsito com fins de regularização dos prontuários dos veículos a serem leiloados;
- d) Flexibilização das exigências quanto ao depósito destinado à guarda e armazenagem dos bens, recaindo sobre o mesmo apenas as exigências normais de alvará de funcionamento, mediante exclusão da certidão de regularidade junto ao órgão ambiental e apólice de seguros, uma vez que não serão armazenados bens que possam vir a gerar eventuais impactos ao solo ou ambiente de modo geral.

4. DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

1. Considerando o teor do pedido de impugnação, os autos foram endereçados ao setor demandante, haja vista a necessidade de manifestação da área técnica, a qual se pronunciou por meio do Despacho nº 46/2019/CGPP/DPPA/SENAD (8372456), nos seguintes termos:

Com referência ao item 1, "inobservância dos requisitos mínimos do Edital - descrição insuficiente do objeto da licitação", tem-se a informar que a forma da descrição atende ao que preconiza o artigo 40, I da Lei 8666/93, ou seja, descrição sucinta e clara do objeto que se pretende contratar, leiloeiro público oficial para realização de leilões de bens do Funad, leilão de bens, assim entendidos como atos necessários à atender as demandas da Administração com atividades descritas no item 5 do Termo de Referência que integra para todos os fins e efeitos o Edital. Ainda, observa-se que a descrição detalhada do objeto, por força do art. 21, inciso II do Decreto n. 3.555/2000, deve se dar no Termo de Referência, que é parte integrante do edital, sendo desnecessária sua transcrição neste último. Ademais, pelos próprios termos da impugnação, infere-se que a interessada teve plena compreensão do objeto e das obrigações impostas ao futuro contratado, não havendo se falar em possível falta de detalhamento da pretensão

Com referência ao 2 -"características dos bens a serem leiloados" - se faz importante esclarecer que efeitos de comprovação capacidade técnica, a Administração pode solicitar documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos. Pode a impugnante ter tido uma compreensão equivocada do edital, haja vista os critérios de capacidade técnica dizerem respeito ao leilão de bens móveis, sem individualizar se joias, embarcações,

aviões etc. Ou seja, a capacidade técnica não será aferida para cada subitem do item “bens móveis”, mas sim para este último – o detalhamento do item “bens móveis” se deu para os pretensos concorrentes terem maior ciência de quais produtos serão submetidos à arrematação.

Com referência ao 3 -"excesso de exigência quanto ao depósito a ser disponibilizado" - a Declaração de Infraestrutura, com a existência de licença do Corpo de Bombeiros, Licenciamento Ambiental e Apólice de Seguro, tem cabimento na medida em que compete à Administração se assegurar de que as empresas que serão contratadas apresentam regularidade perante os órgãos públicos e que atendam aos critérios de sustentabilidade a qual inclusive decorre de lei (art. 3º da Lei n. 8.666/1993 – “*promoção do desenvolvimento nacional sustentável*”). Cumpre ainda, ponderar que a Administração deve se resguardar que aquele que estiver mantendo os bens sob sua guarda para um futuro leilão esteja juridicamente assegurado de ser ressarcido contra possíveis avarias e roubos destes bens enquanto mantidos em depósito, sob pena de frustração da pretensão contratual e perda de futuro patrimônio público, o que demonstra a pertinência em se exigir apólice de seguro da área para tal fim.

Com referência ao 4 -"regularização do bem para entrega ao arrematante" - o Edital de chamamento estabelece como atribuição do leiloeiro a operacionalização de todas as etapas, inclusive o pós-venda. Dentro desse contexto, seguramente existirão bens que se encontram com ônus e débitos pretéritos, bem como com restrições judiciais. Assim, cumpre ao leiloeiro contratado dar suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem a realização da hasta pública o que não se confunde com o leiloeiro se sub-rogar nos direitos do arrematante e postular, perante órgãos públicos, direito alheio em nome próprio; consiste, em verdade, em prestar os necessários esclarecimentos para o arrematante promover a correta preparação de documentos e diligências para ter êxito e celeridade em eventual baixa de débitos.

5. **DA DECISÃO**

5.1. Diante do exposto, **CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO**, uma vez que presente os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, subsidiado pela área técnica demandante, com lastro nos posicionamentos levantados, **NEGO PROVIMENTO**, decidindo pela **IMPROCEDÊNCIA** do Pedido de Impugnação nº 03 ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 04/2019 interpostos pela ANLEIJUD.

É a decisão.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Pregoeiro(a)**, em 26/03/2019, às 17:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8363322** e o código CRC **5570AAAE**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.